



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115
Telefone (0xx35) 3525-1522
CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000
Delfinópolis . MG

LEI MUNICIPAL N° 2.665/2026, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.

**INSTITUI O REGIME DE PRONTO PAGAMENTO OU
ADIANTAMENTO DE QUE TRATA O § 2º DO ART. 95 DA LEI N.º
14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PEDRO PAULO PINTO, Prefeito do Município de Delfinópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais previstas Na Lei Orgânica Municipal, propõe a seguinte Lei:

Capítulo I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o regime de pronto pagamento ou adiantamento, como forma de pagamento de despesas, regido por esta Lei, nos termos do art. 95, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º - Entende-se por pronto pagamento ou adiantamento o numerário colocado à disposição de todas as Secretarias Municipais, para despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal, sempre precedido de empenho da dotação própria.

Parágrafo único - O total das despesas ficará limitado ao valor previsto no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, com atualizações, não cumuláveis, para cada Secretaria Municipal.

Art. 3º - Os pagamentos por este regime serão sempre excepcionais e restritos aos casos previstos nesta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115
Telefone (0xx35) 3525-1522
CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000
Delfinópolis . MG

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá delegar a autorização para a realização de contratações por pronto pagamento ou adiantamento, por Decreto, exclusivamente aos Secretários Municipais.

Art. 5º - Enquadram-se neste regime:

I – despesas de pronto pagamento: tarifas de correios, autenticações, taxas, pequenos consertos, materiais de expediente, artigos farmacêuticos, passagens, alimentação, exames, fotografias, materiais de consumo de necessidade imediata etc., que não possam aguardar o procedimento normal.

II – pequenos reparos e adaptações emergenciais nas unidades administrativas.

III – outras despesas inadiáveis e urgentes incompatíveis com o processo normal de aquisição, desde devidamente justificado.

Art. 6º - Despesas superiores ao limite legal deverão seguir o procedimento ordinário de contratação pública.

Art. 7º - O valor recebido deve ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo vedado ao responsável ausentar-se (férias ou licença) sem prestar contas.

Capítulo II – REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTOS

Art. 8º - As requisições serão feitas pelos Secretários Municipais e dirigidas ao Prefeito ou autoridade delegada.

Art. 9º - Na requisição deverá constar:

I – espécie da despesa;

II – identificação do servidor responsável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115
Telefone (0xx35) 3525-1522
CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000
Delfinópolis . MG

III – mês da utilização;

VI – valor solicitado.

Art. 10 - Não será concedido novo adiantamento:

I – a quem não prestou contas do anterior;

II – a quem não regularizar pendências em até 30 dias;

Capítulo III – TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 11 - O Poder Executivo poderá regulamentar regras complementares via Decreto.

Art. 12 - Os processos de adiantamento terão andamento prioritário.

Capítulo IV – NORMAS DE APLICAÇÃO

Art. 13 - O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa diversa da autorizada.

Art. 14 - Cada pagamento exigirá comprovante fiscal correspondente.

Parágrafo único - Na ausência de nota fiscal, o usuário deverá justificar.

Art. 15 - As notas fiscais serão emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Delfinópolis.

Art. 16 - Comprovantes não poderão conter rasuras, emendas ou valores ilegíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115
Telefone (0xx35) 3525-1522
CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000
Delfinópolis . MG

Art. 17 - Cada pagamento deverá ser devidamente justificado quanto à necessidade e destinação.

Art. 18 - Todo comprovante deverá conter atestado de recebimento.

Capítulo V – RECOLHIMENTO DO SALDO

Art. 19 - O saldo não utilizado deverá ser devolvido à Tesouraria mediante guia ou depósito identificado.

Art. 20 - A Tesouraria realizará a escrituração dos valores restituídos.

Capítulo VI – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 21 - O responsável prestará contas em até 03 (três) dias após o término do prazo de aplicação.

§ 1º Cada adiantamento terá prestação de contas própria.

§ 2º Semestralmente, cada Secretaria enviará relatório ao Controle Interno.

Art. 22 - A prestação de contas deverá conter relação dos documentos de despesa, notas fiscais, entre outros.

Art. 23 - Documentos rasurados, ilegíveis ou incompatíveis serão rejeitados.

Art. 24 - Não havendo prestação de contas no prazo, será instaurado processo administrativo disciplinar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115
Telefone (0xx35) 3525-1522
CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000
Delfinópolis . MG

Art. 25 - O Controle Interno emitirá parecer final e poderá determinar abertura de processo disciplinar.

Capítulo VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Os casos omissos serão regulamentados por Decreto.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Delfinópolis - MG, 16 de janeiro de 2026.

**PEDRO PAULO PINTO
PREFEITO MUNICIPAL**